



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 92ª reunião, realizada em 25 de maio de 2016

1 Em 25 de maio de 2016, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no
3 auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
5 membros titulares e suplentes: o presidente André Luis Ruas, representante
6 da SEMAD; Márcio Stoduto Mello, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Wesley Antônio Tadeu Monteiro
8 Cantelmo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política
9 Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Lidiane Carvalho de Campos, da
10 Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Nathalia
11 Carriere Faria Paulino, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Mauro da
12 Fonseca Ellovitch, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Sarah Aurichio
13 Lopes Cordeiro Ribeiro, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
14 Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Gustavo
15 Guimarães Alves, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
16 Naturais Renováveis (Ibama) – representantes do poder público; Paula
17 Meireles Aguiar, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
18 (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
19 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do
20 Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de
21 Minas Gerais (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da Federação das
22 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
23 (Federaminas); Thaís Rêgo de Oliveira, do Sindicato da Indústria Mineral do
24 Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Leila Margareth Möller, da Associação
25 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Luiz Carlos Silva
26 Machado, da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (OAB/MG);
27 Gustavo Henrique Wykrota Tostes, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos
28 Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Maria Teresa Viana de Freitas
29 Corujo, do Instituto Pró-Cittá; Ronaldo Rajão Santiago, da Pontifícia
30 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) – representantes da
31 sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1) HINO NACIONAL.** Executado o Hino
32 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente André Luis Ruas declarou
33 aberta a 92ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. “O secretário Nalton
34 Sebastião Moreira da Cruz foi exonerado nesta semana, vai trabalhar na
35 Secretaria de Estado de Saúde, e foi nomeado ontem o nosso novo secretário
36 adjunto, o doutor Germano Luis, que é funcionário de carreira do Sisema e já
37 trabalhou no IGAM, na SEMAD e na FEAM, inclusive. Na indisponibilidade

38 dele de presidir esta reunião, eu sou o primeiro suplente e irei dar continuidade
39 aos trabalhos.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
40 **GERAIS.** Representante dos servidores do Sisema: “Muito obrigado pela
41 oportunidade. Em nome dos servidores do Sisema, eu leio este manifesto
42 elaborado pela classe falando: ‘Considerando a necessidade de fornecer
43 instrumentos adequados à estrutura física e de pessoal do Sisema,
44 considerando a necessidade de valorizar os servidores do Meio Ambiente, que
45 exercem carreira típica de Estado com forte impacto para o desenvolvimento
46 econômico do Estado de Minas Gerais; considerando a necessidade de
47 aumentar os investimentos e a destinação orçamentária geral do Estado de
48 Minas Gerais ao Sisema, para o qual é destinado atualmente menos de 0,5%
49 do orçamento; os servidores do Estado de Minas Gerais, do Sisema, entraram
50 em greve desde o último dia 20 de maio, reivindicando: a) redução de 8 (oito)
51 para 5 (cinco) anos o tempo da primeira promoção da carreira dos servidores
52 do Sisema; b) reconhecimento da titularidade adicional quando do ingresso na
53 carreira; c) correção da fórmula de cálculo da Gedama (Gratificação de
54 Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional),
55 conforme reivindicação dos servidores; d) compatibilização do Plano de
56 Carreira e Vencimentos com a relevância estratégica do Sisema para o
57 desenvolvimento sustentável de Minas Gerais.” Presidente André Luis Ruas:
58 “Eu gostaria só de me manifestar também, pois eu também sou um servidor
59 de carreira da pasta de Meio Ambiente. Tem 15 anos que eu estou na pasta.
60 Só para ratificar as reivindicações dos servidores. A nossa luta aparenta ser
61 somente salarial, mas é muito maior do que isso. Nós estamos lutando, na
62 verdade, por uma valorização da carreira ambiental, porque é uma carreira
63 muito importante. Nós falamos muito do Sisema, geralmente, nas reportagens,
64 principalmente na questão do licenciamento ambiental, na questão da
65 morosidade na análise dos processos, na questão de atendimento ao cidadão,
66 que tem passado bastante na mídia hoje em dia. Na verdade, nós estamos
67 lutando por melhores condições de trabalho, inclusive, não apenas por
68 salários. Porque se nós não tivermos profissionais valorizados nós não temos
69 um órgão forte. Toda instituição é formada por pessoas. Então se não tiver
70 pessoas dedicadas no Sisema, com estrutura, não somente salarial, mas com
71 equipamentos, sistemas de informação e outros... Nós somos servidores
72 públicos, estamos aqui para servir a sociedade. Para poder prestar esse
73 serviço, nós precisamos de condições ideais de trabalho. Então a luta, na
74 verdade, dos servidores é a luta pelo órgão, nós estamos lutando para ter um
75 bom órgão, para que nós possamos prestar um bom serviço para a sociedade
76 em geral. No caso do licenciamento, a todo mundo que precisa de
77 regularização ambiental, seja os grandes empreendedores até o cidadão que
78 procura o órgão para tirar uma certidão, para tirar alguma autorização. Então
79 eu gostaria de parabenizar os servidores pela manifestação e reforçar a

80 importância que esse movimento tem. Apesar de todas as dificuldades e dos
81 transtornos que causa, a princípio, os motivos, as justificativas são mais do
82 que pertinentes.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu
83 acredito que é fundamental, realmente, nós lutarmos por todos os direitos que
84 são violados, e gostaria que na nota vocês dessem ênfase também ao papel
85 deste sistema ambiental. Porque eu escutei falar de desenvolvimento
86 econômico, mas o Sisema também é para cuidar do meio ambiente. Então o
87 papel dessa estrutura para preservação ambiental, que é o que possibilita
88 desenvolvimento econômico, também é fundamental. É só uma sugestão,
89 para que fortaleçam também essa parte.” Conselheiro Eduardo Antônio
90 Arantes do Nascimento: “Eu estava olhando aqui no meu arquivo, é a minha
91 quarta greve; deve ter motivo então. Eu queria lembrar dois fatos. Primeiro,
92 na audiência pública na Assembleia Legislativa sobre aquele projeto de lei, o
93 presidente da Associação dos Servidores abordou a questão daquele projeto,
94 colocando essa questão dos servidores do Sisema, que em nada foi
95 contemplada. Eu queria lembrar também que, na última reunião do COPAM,
96 no dia 6, foi apresentada pelo secretário a nova estrutura. Na oportunidade,
97 eu manifestei que concordava. Eu não vou discordar de uma proposta do
98 governo de estruturação organizacional e administrativa, eu acho que o
99 governo tem que fazer isso mesmo. Mas que eu não via, mesmo sendo
100 otimista, como vai funcionar dentro das atuais condições do quadro de
101 servidores e servidoras públicas. Então eu queria manifestar, em nome da
102 Fetaemg, a solidariedade ao movimento e propor que este Conselho aprove
103 uma moção dirigida ao governador no sentido de que ele acolha as
104 reivindicações que estão sendo apresentadas.” Presidente André Luis Ruas:
105 “Eu queria agradecer ao conselheiro Eduardo pelo apoio, pela solidariedade,
106 e queria colocar em votação a moção. Só que antes de colocar em votação eu
107 vou passar a palavra aos outros conselheiros, sobre esse mesmo assunto, e
108 no final nós votamos a moção.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
109 “Em meu nome pessoal, como cidadão, e em nome da Federação da
110 Agricultura de Minas Gerais, nós também apoiamos o movimento dos
111 funcionários do Sisema. Eu gostaria também de reforçar a proposta do
112 conselheiro Eduardo, sugerir que a moção fosse ao governador e ao secretário
113 de Meio Ambiente, recém-nomeado, que esteve aqui conosco ontem na
114 reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e disse que está disposto
115 a ouvir tanto os funcionários quanto os servidores e os setores sociais
116 envolvidos. E parabenizar os grevistas pela insistência e pela persistência, e
117 desejar a eles boa sorte.” Presidente André Luis Ruas: “Em nome dos
118 servidores, eu agradeço também a fala do nosso conselheiro Carlos Alberto.”
119 Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Eu até pedi para colocar ali algumas fotos.
120 Eu acho que não é surpresa para ninguém, mas uma das consequências pelo
121 reduzidíssimo número de técnicos é a fila na frente da Supram para pegar

122 senha. Então são 12 horas, 14 horas, 15 horas que as pessoas ficam em
123 vários lugares; passam a noite. E o pior é que a maioria são pequenos
124 proprietários rurais, porque empresa manda o estagiário dela. É um problema.
125 É claro que isso também é uma das consequências da redução do número de
126 técnicos. Então eu queria fazer coro aos meus colegas que já se
127 manifestaram. Assim como muito bem colocou o Eduardo, as mudanças que
128 estão sendo feitas na estrutura, eu acho que nós sempre temos que apoiar
129 uma boa iniciativa, vamos acreditar que vai ser bom. Mas pode mudar todo o
130 sistema, criar um procedimento, criar outro, mexer no que for, 'colocar o papa
131 Francisco aqui', mas se não aumentar o número de gente analisando o
132 processo e não melhorar a estrutura, a condição de trabalho, nunca vai
133 melhorar. Pode mudar a lei, o decreto, tirar o do MP COPAM, colocar no
134 COPAM, fazer o que for, mas se não tiver um número de técnicos... Me
135 corrijam se eu estiver errada, mas, se não me engano, são dois técnicos para
136 analisar todos os processos de licenciamento de mineração em uma
137 determinada Supram. Imaginem esse técnico, nem se ele for super-herói ele
138 consegue fazer uma análise adequada, com a eficiência necessária e a
139 segurança necessária também. Então é um problema que atinge a todos,
140 claro, especialmente quem está aqui, obviamente, que precisa disso para
141 sobreviver. Mas atinge a toda a sociedade, seja para proteger, seja para
142 desenvolver. Então é fundamental aumentar o número de pessoas. Nós
143 sempre reiteramos esse pedido, e já fizemos algumas propostas. Por exemplo,
144 com relação a senhas, eu vou reiterar as propostas que nós já fizemos:
145 agendamento online ou criar um balcão específico para isso. A própria Fiemg
146 já colocou todas as suas regionais à disposição para fazer um pré-
147 agendamento que seja, para não ter que passar por isso. Às vezes, não vai
148 resolver o problema todo, mas um pouquinho que resolver já ajuda e já
149 melhora, inclusive, as condições. Então apoiamos, obviamente, os servidores
150 e a proposta de moção. Eu também acho que é importante comunicar ao
151 secretário, além do governador.” Presidente André Luis Ruas: “Conselheira
152 Paula, eu a agradeço também, em nome dos servidores.” Conselheiro Mauro
153 da Fonseca Ellovitch: “A Paula já antecipou uma questão que eu ia falar, da
154 inutilidade de reformas meramente formais do sistema, enquanto não houver
155 gente suficiente, com estrutura suficiente de trabalho para efetivá-lo. E eu faço
156 coro a tudo que o Eduardo, o Carlos Alberto e os demais colegas da mesa
157 falaram. É uma greve completamente legítima, extremamente justificada, e
158 são inaceitáveis algumas vozes que nós ouvimos querendo atribuir à greve ou
159 aos servidores a paralisação ou o ritmo lento para desenvolvimento de
160 empreendimentos aqui no Estado. Mas não é ninguém neste Conselho, nós
161 ouvimos isso é externamente. Eu acho isso extremamente grotesco, porque
162 os servidores aqui se desdobram para trabalhar com uma carga inumana.
163 André, você falou que não era uma questão só de salário, mas também isso

164 tem que ser levado em conta, sim, vocês têm que ser remunerados
165 dignamente. Vocês têm uma carga de atribuição e um peso gigantesco, um
166 equilíbrio complicado entre o desenvolvimento econômico e a preservação do
167 meio ambiente, vocês lidam com empreendimentos bilionários, com projetos
168 milionários, e têm que pelo menos que receber uma remuneração à altura da
169 responsabilidade que lhes é atribuída. Então fica aqui em meu nome – e tenho
170 certeza de que posso falar em nome de todos os meus colegas do MP – o
171 apoio a vocês e a essa moção que foi proposta.” Presidente André Luis Ruas:
172 “Doutor Mauro, também agradeço, em nome de todos os servidores, o apoio.”
173 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu endosso as
174 manifestações de todos os conselheiros que me antecederam, e só
175 acrescentando uma questão em relação ao desempenho da função: a função
176 desempenhada aqui pelos servidores do Sisema, no meu entender, é uma
177 função de Estado, não é uma função meio, é uma função finalística, que afeta
178 não só o desenvolvimento econômico do Estado como toda a sociedade. Ou
179 seja, um processo, bem ou mal analisado e deliberado, impacta, de forma
180 positiva ou negativa, toda a sociedade. Então realmente é uma classe de
181 servidores que precisa ser muito bem valorizada, desempenhar realmente as
182 suas funções com critério, com rigor na análise dos projetos e, logicamente,
183 com celeridade, para que os empreendedores tenham segurança naquilo que
184 venham a propor e a sociedade confie que aquilo que foi decidido é o melhor
185 para o país e para o Estado como um todo. Então o Fonasc e eu, Gustavo
186 Tostes, em meu nome, apoiamos inteiramente as reivindicações dos
187 servidores e esperamos que tragam bons frutos tanto para a estrutura do
188 Estado quanto para a nossa sociedade.” Presidente André Luis Ruas: “Muito
189 obrigado, conselheiro Gustavo, em nome dos servidores.” Conselheiro Marco
190 Aurélio Moreira: “Em nome da Federaminas e na condição de vice-presidente
191 da Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais,
192 certamente, a federação que contempla o setor produtivo com maior número
193 de entidades associadas – cerca de 500 associações comerciais do Estado de
194 Minas Gerais –, eu manifesto total e irrestrito apoio aos técnicos, aos
195 servidores de toda a SEMAD, destacando a importância. Eu já disse outras
196 vezes, equiparo o servidor da SEMAD ao servidor da Receita Estadual de
197 Minas Gerais. É necessário ter qualificação, remuneração, para que tenhamos
198 um quadro estável e cada vez mais eficiente, em prol do meio ambiente, mas,
199 acima de tudo, em prol do desenvolvimento econômico do Estado de Minas
200 Gerais. Total solidariedade, portanto, aos servidores, e vou até um pouco
201 além. Não só a moção, sou totalmente favorável a essa. E digo mais: com todo
202 o prejuízo que estaria causando agora, mas entendendo que nenhum servidor
203 deve, neste momento, se manifestar diante de eventual questionamento dos
204 conselheiros nesta reunião de hoje, que não tenhamos esta sessão da CNR,
205 que seja suspensa, adiada, até haver uma resposta por parte do governo do

206 Estado.” Presidente André Luis Ruas: “Eu agradeço também, conselheiro
207 Marco Aurélio, pelo apoio aos servidores do Estado de Minas Gerais.
208 Senhores, podemos votar a moção, primeiro? Há uma proposta, que partiu do
209 conselheiro Eduardo, de que seja uma moção ao governador, e o conselheiro
210 Carlos Alberto sugeriu que fosse ao governador e ao secretário de Estado.”
211 Conselheira Thaís Rêgo de Oliveira: “Eu queria só justificar o meu apoio, eu
212 acho que o valor que tem que ser dado aos servidores. Nem vou falar há
213 quantos anos eu estou aqui atuando, e nós sabemos o que representa o
214 trabalho deles. Então o Sindiextra apoia.” Conselheiro Eduardo Antônio
215 Arantes do Nascimento: “Eu recebi cópia da moção que foi apresentada ontem
216 no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e estaria acrescentando só um
217 item na moção de ontem, que seria a questão que o Gustavo ressaltou:
218 ‘Considerando que o servidor da política ambiental exerce função de Estado’.
219 Moção aprovada pela CNR. A Câmara Normativa e Recursal aprovou por
220 unanimidade a seguinte moção: “A Câmara Normativa e Recursal do COPAM,
221 no uso de suas competências, considerando as constatações da força-tarefa
222 criada por meio do Decreto Estadual nº 46.733, de 30 de março de 2015,
223 acerca da necessidade de reestruturar o Sisema; considerando a necessidade
224 de fornecer instrumentos adequados à estrutura física e de pessoal do Sisema;
225 considerando a necessidade de valorizar os servidores do Meio Ambiente, que
226 exercem carreira típica de Estado, com forte impacto para o desenvolvimento
227 econômico e sustentável de Minas Gerais; considerando a necessidade de
228 aumentar os investimentos e a destinação orçamentária geral do Estado de
229 Minas Gerais ao Sisema, para o qual é destinado atualmente menos de 0,5%
230 do orçamento; considerando que os servidores da carreira do Meio Ambiente
231 encontram-se em greve desde 20 de maio de 2016; considerando que o
232 servidor da política ambiental exerce função de Estado, resolve: Artigo 1º
233 Aprovar a moção dirigida ao governador do Estado de Minas Gerais, para que
234 encaminhe, em regime de urgência, Projeto de Lei versando sobre o Plano de
235 Carreira dos Servidores do Meio Ambiente, já encaminhado à Seplag, para
236 aprovação junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Artigo 2º Solicitar
237 ao governador do Estado de Minas Gerais que agilize o reconhecimento e a
238 valorização dos servidores estaduais de Meio Ambiente, atendendo,
239 inicialmente, as propostas e reivindicações dos servidores estaduais de Meio
240 Ambiente, destacadamente: a) redução de 8 (oito) para 5 (cinco) anos no
241 tempo da primeira promoção da carreira dos servidores do Sisema; b)
242 reconhecimento da titularidade adicional quando do ingresso na carreira; c)
243 correção da fórmula de cálculo da Gedama (Gratificação de Escolaridade,
244 Desempenho e Produtividade Individual e Institucional), conforme
245 reivindicação dos servidores; d) compatibilização do Plano de Carreira e
246 Vencimentos com a relevância estratégica do Sisema para o desenvolvimento
247 sustentável de Minas Gerais; e) qualificação e modernização da infraestrutura

248 do Sisema para reduzir a burocracia, agilizar e aprimorar os objetivos de
249 proteger e promover o meio ambiente e os recursos hídricos de Minas Gerais.
250 Artigo 3º A moção será dirigida em cópia aos secretários de Estado de
251 Planejamento e Gestão, da Fazenda e de Meio Ambiente e Desenvolvimento
252 Sustentável.’ Esclarecimentos pelo Sisema sobre a proposta de suspensão
253 desta sessão, apresentada pelo conselheiro Marco Aurélio Moreira. Renato
254 Teixeira Brandão, diretor de Gestão de Resíduos da FEAM: “Na verdade, os
255 itens colocados na pauta, tanto relacionados ao programa de barragens
256 quanto aos autos de infração, pelos documentos que nós lemos do próprio
257 movimento de greve, não estão diretamente relacionados com a questão da
258 greve. Eu acho que também, por ser uma questão já pautada há mais tempo
259 e por serem autos de infração, já analisados, nós estamos preparados para
260 fazer a apresentação. E entendemos que não estaríamos em discordância, de
261 modo algum, com o movimento, inclusive.” **4) EXAME DA ATA DA 91ª**
262 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 91ª reunião da Câmara
263 Normativa e Recursal, realizada em 20 de abril de 2016, com a seguinte
264 correção: – Na linha 393, substituir a palavra “servidor” por “empreendedor”.
265 **5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM. 5.1) Minuta de**
266 **Deliberação Normativa COPAM que altera a DN COPAM nº 17, de 17 de**
267 **dezembro de 1996, que dispõe sobre prazo de validade de licenças**
268 **ambientais, sua revalidação e dá outras providências. Apresentação:**
269 **SEMAD.** Minuta de deliberação normativa aprovada por unanimidade nos
270 termos apresentados pela SEMAD nesta sessão. A conselheira Lidiane
271 Carvalho de Campos propôs que a CNR aprove alteração do Artigo 1º da
272 Deliberação Normativa 17, adequando os prazos fixados nos incisos I, II e III
273 aos prazos estabelecidos no Artigo 18 da Resolução Conama 237. Houve
274 consenso entre os conselheiros presentes para que a SEMAD apresente na
275 próxima reunião desta Câmara uma proposta formal de alteração da DN, nos
276 termos propostos pela conselheira representante da Setop, com a devida
277 justificativa e levando em consideração, inclusive, que a Resolução do
278 Conama passa, atualmente, por um processo de revisão. **6) RESPOSTA DA**
279 **MOÇÃO Nº 003/2015, APROVADA NA 90ª REUNIÃO DA CNR, REALIZADA**
280 **EM 21/12/2015. Apresentação: FEAM.** Em resposta à moção nº 003/2015,
281 aprovada pela CNR em sua 90ª reunião, o diretor de Gestão de Resíduos da
282 FEAM, Renato Teixeira Brandão, deu continuidade e concluiu a apresentação
283 sobre o programa de barragens no Estado de Minas Gerais, que foi iniciada
284 na reunião anterior da Câmara, e destacou os resultados da força-tarefa
285 instituída pelo governo. Após as exposições, esclarecimentos de pontos
286 destacados pelos conselheiros, manifestações e debates, nesta 92ª reunião,
287 a Câmara Normativa e Recursal aprovou, por maioria, moção ao governador
288 do Estado de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Meio Ambiente e
289 Desenvolvimento Sustentável, nos seguintes termos, a partir de proposta

290 apresentada pelo conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “A Câmara
291 Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental
292 (COPAM) recomenda ao governador do Estado de Minas Gerais e ao
293 secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a
294 suspensão da concessão de novas Licenças Prévias (LPs) e Licenças de
295 Instalação (LIs) para barragem de rejeitos, como também a suspensão de
296 todas as LPs e LIs porventura já concedidas para barragem de rejeitos no
297 Estado, até que a legislação e os estudos sobre a matéria estejam no estado
298 da arte necessário a produzir a segurança da sociedade e do meio ambiente,
299 como também até que o Estado/poder público proporcione a estrutura e as
300 condições necessárias à correta avaliação técnica, ampla e completa dessas
301 estruturas, inclusive em nível de projeto executivo, afim de que as licenças
302 ambientais possam ser concedidas de forma a não expor a sociedade e o meio
303 ambiente a riscos desnecessários e despropositados.” A Presidência registrou
304 seis votos favoráveis à moção e duas abstenções. As conselheiras Thaís Rêgo
305 de Oliveira e Lidiane Carvalho de Campos votaram contra a moção. O
306 conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira se absteve de votar e registrou sua
307 justificativa: “Eu ouvi aqui uma apresentação do funcionário da FEAM. Apesar
308 de ele ser muito inteligente e muito preparado, ele não teve como nos fornecer
309 um conteúdo mais otimista para essa questão. Ouvi falar aqui na segurança
310 zero, ouvi falar que no estado em que está não podemos continuar, que temos
311 que avançar. E o conselheiro Gustavo colocou tudo isso numa moção. Quando
312 viemos aqui ao COPAM para decidir, nós discutimos na Faemg o que vai ser
313 decidido. Essa matéria foi colocada aqui agora, e eu não tenho condições de
314 votar nem contra nem a favor. Por essa razão, concordando com tudo o que
315 foi falado aqui, de que é preciso fazer alguma coisa, mesmo assim, eu vou me
316 abster.” Ainda durante as discussões deste item de pauta e antes do processo
317 de votação da moção, as conselheiras Paula Meireles Aguiar e Nathalia
318 Carriere Faria Paulino registraram sua saída da sessão. Presidente André Luis
319 Ruas: “Senhores, eu só quero registrar na ata a minha preocupação. Eu
320 entendo que tem que ter mecanismos de controle, de convalidação do projeto,
321 e não sei qual é a palavra melhor para isso. Mas só deixar clara a questão de
322 responsabilidade. Eu acho que tem que ter alguém responsável, sim, só que
323 não é o analista ambiental que analisa projeto estrutural. Então que fique
324 registrado em ata que não é competência do analista ambiental analisar
325 cálculo estrutural de barragem, de forma alguma. Porque, da forma como está
326 aqui, que o Sisema se estruture, mas não que ele vai fazer esse tipo de
327 análise.” Conselheiro Gustavo Guimarães Alves: “Você já voltou a esse ponto
328 umas três ou quatro vezes, na questão de competência legal. Então eu
329 também gostaria que ficasse bem registrado, independentemente do órgão
330 ambiental de que nós estamos falando: a competência de segurança de
331 barragem envolve outras instituições, não é a cargo somente do órgão

332 ambiental, pois ele, na verdade, é talvez um dos menores nessa participação.
333 Existem órgãos específicos para isso, que também têm falta de estrutura,
334 existem outros participantes do processo e que detêm a mesma falta de
335 estrutura que o órgão ambiental.” **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
336 **PARA EXAME DE RECURSO. 7.1) Prefeitura Municipal de Presidente**
337 **Kubitschek. Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos**
338 **urbanos. Presidente Kubitschek/MG. PA 00472/1998/005/2008. Classe 1.**
339 **Apresentação: Procuradoria Jurídica da FEAM.** Recurso indeferido por
340 unanimidade nos termos do Parecer Jurídico, com abstenção da conselheira
341 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. **7.2) Aperam Inox América do Sul S/A.**
342 **Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de**
343 **minérios, inclusive ferro-gusa. Timóteo/MG. PA 00014/1985/092/2010.**
344 **Classe 6. Apresentação: Procuradoria Jurídica FEAM.** Recurso indeferido
345 por unanimidade nos termos do Parecer Jurídico, com abstenção do
346 conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira. **7.3) Gerdau Aços Longos S/A.**
347 **Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de**
348 **minérios, inclusive ferro-gusa. Barão de Cocais/MG. PA**
349 **00010/1978/044/2010. Classe 6. Apresentação: Procuradoria Jurídica**
350 **FEAM.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Jurídico,
351 com abstenção da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. **8)**
352 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
353 presidente André Luis Ruas declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada
354 esta ata.

355
356 **APROVAÇÃO DA ATA**

357
358
359 **Presidente André Luis Ruas**